

GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 13 de dezembro de 2011 às 14:30h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala CT 01 – Brasília/DF.

Pauta

1. Informes

- 1.1. Consulta aos membros sobre sugestões de pauta de trabalho do GEx para o ano de 2012;
- 1.2. Durban – MRE.

2. Discussões Temáticas

- 2.1. Apresentação dos Planos Setoriais;
- 2.2. Apresentação dos resultados do grupo interministerial sobre REDD.

3. Encaminhamentos

- 3.1. Próxima reunião

Abertura

- Eduardo Assad (MMA) iniciou a reunião anunciando que a agenda ambiental continua prioritária no governo atual, e a recente queda na taxa de desmatamento demonstra que o governo está tomando as medidas corretas. Também fez um balanço das atividades do GEx no ano e congratulou os membros pelo grande esforço na elaboração dos planos setoriais de mudanças climáticas previstos no Decreto 7.390/2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Em seguida informou que o objetivo da presente reunião era apresentar os sumários-executivos dos planos setoriais e os resultados do grupo interministerial sobre REDD+.

1. Informes

1.1. Sugestões de pauta de trabalho do GEx para o ano de 2012

- O Secretário pediu sugestões aos presentes para a pauta do próximo ano. Foram levantadas as seguintes:
 - Estratégia de convencimento político para internalizar demandas sobre mudança do clima nos diversos Ministérios;
 - Harmonização das políticas federal e estaduais, incluindo os planos setoriais e REDD;
 - Finalizar discussões do GT sobre mercado de carbono até março;
 - Plano Nacional de Adaptação;
 - Interface entre as Políticas Nacionais de Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos;
 - Priorização da revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.
- Aloísio (MF) informou que o Grupo de Trabalho sobre Mercado de Carbono, sob coordenação do MF, prevê apresentar o resultado até março de 2012.

1.2. Exposição sobre COP-17 em Durban:

- André Odenbreit (MRE) relatou sobre a participação brasileira na COP-17/CMP-7 em Durban, afirmando que o resultado das negociações foi bastante positivo e superou a expectativa de muitos observadores.
- A delegação brasileira conseguiu cobrir a negociação de modo abrangente, influenciando os resultados da COP-17/CMP-7 de maneira positiva.
- Ressaltou a importância de se ter lançado negociação com vistas ao período pós-2020, de modo a fortalecer as ações de mitigação e adaptação face ao aquecimento global.
- Ressaltou a importância de ter sido aprovado o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, que terá início em 2013, com prazo final ainda a ser acordado.
- Indicou o conjunto amplo de decisões técnicas acordadas em Durban, cobrindo áreas como informação sobre mitigação, adaptação, financiamento e desenvolvimento e transferência de tecnologia.
- Enfatizou a importância de considerar as implicações da negociação internacional sobre processos nacionais, em áreas como mitigação e organização de informações sobre inventários e ações implementadas.

2. Discussões Temáticas

2.1. Apresentação dos Planos Setoriais:

2.1.1. Plano Indústria (MDIC):

- Foi apresentado que não é o momento de definir metas de redução para o setor, uma vez que os produtos industriais estão sujeitos a forte concorrência internacional e as regras da OMC, e por isso não podem haver políticas restritivas à indústria nacional. Alguns membros do GEx manifestaram preocupação com a inexistência de metas para o plano.
- Políticas que dificultem o crescimento da indústria poderão impactar na competitividade, além de favorecerem o aumento da importação de produtos oriundos de países com matriz energética suja, que levaria a um aumento global das emissões de GEE.
- Foram consideradas as indústrias de cimento, aço, química, vidro, alumínio e papel e celulose.
- Foram levantadas algumas ações como a instituição da obrigatoriedade de inventário de emissões das indústrias, certificação dos inventários, banco de dados de tecnologias de baixo carbono e inserção requisitos de eficiência energética e emissões nos financiamentos.
- O coordenador encaminhará o Sumário Executivo até o dia 22/dez.

2.1.2. Plano Mineração (MME):

- Baseado no Inventário de Emissões realizado pelo IBRAM para 2008 e no Plano Nacional de Mineração 2030, foram projetadas as emissões para 2020 em torno de 17,6 milhões tCO₂e, com um potencial de abatimento de 4%.
- O trabalho se concentrou na atividade de lavra, não considerando o transporte externo e a atividade de processamento. Os minérios abordados representam 80% da produção nacional.
- O coordenador encaminhará o Plano até 15/dez, sendo o único entre os demais que entregará um plano completo, pronto para ser encaminhado à consulta pública.

2.1.3. Plano Transportes (MTransportes e MCidades)

Interestadual – transferência modal (MTransportes):

- Foi estabelecido Grupo de Trabalho dentro do Ministério dos Transportes com reuniões quinzenais.
- Baseado no PNLT que será concluído em 2012, construiu-se 2 cenários para 2020: um cenário base, sem PNLT, com emissões de 114 milhões tCO₂e e outro cenário, considerando o PNLT, com emissões de 108 milhões tCO₂e, representando um potencial de abatimento de 6 milhões tCO₂e.
- A elaboração do Plano foi dividida em três fases:
 - Fase 1 (atual): circunscrever escopo e abrangência, organizar a base de dados e registrar suas lacunas, identificar e aplicar metodologia de projeção de emissões, elaborar cenários preliminares de abatimento registrando premissas e simplificações necessárias, e listar as primeiras demandas por estudos e pesquisas complementares;
 - Fase 2 (complementar): a partir de uma estratégia organizada de discussão, ampliar a participação de atores-chave no Governo e no setor para alinhar os pontos ainda não consensuais observados entre planos e programas nacionais, complementar a base de dados e harmonizar informações setoriais, consolidar soluções metodológicas;
 - Fase 3 (final): detalhar ações, estratégia de implantação, indicação de mecanismos de financiamento e indicadores de acompanhamento.

Mobilidade urbana (MCidades):

- Considerou-se os investimentos em mobilidade urbana para a Copa e o PAC2 – Grandes Cidades. A projeção de emissões para 2020 foi de 116 milhões tCO₂e e o potencial de abatimento pode chegar a 16 milhões tCO₂. Entretanto esses números serão revistos para apresentação do sumário executivo.
- Os coordenadores encaminharão o Sumário Executivo até 22/dez. O Plano será concluído até abril de 2012.

2.1.4. Plano Saúde:

- Houve avanço na discussão sobre mitigação na agenda da saúde, mas como há a necessidade de convencimento do setor e de realização de estudos, o plano será focado em adaptação. O sumário executivo vai levantar a problemática, estratégia e prioridades, mas não ações e metas. Apresentou cronograma com previsão de conclusão do plano em julho de 2012.

2.1.5. Plano Pesca:

- Existe grande lacuna de informações sobre os impactos da mudança do clima sobre o setor de pesca e aquicultura. O plano será baseado em projeto enviado para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e ficará concluído em junho de 2012. Para isso pretende-se oficializar um GT interno no Ministério de Pesca e Aquicultura e com os recursos do fundo contratar serviço de apoio à elaboração do plano. Estão previstas também oficinas regionais.

2.2. Apresentação dos resultados do grupo interministerial sobre REDD

Principais pontos apresentados:

- A Estratégia está dentro da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e tem sinergia com os planos de combate ao desmatamento (PPCDAm, PPCerrado e PPCatinga) e planos

- setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- A Estratégia está baseada em uma abordagem de pagamentos por resultados de redução de emissões e de incremento de estoques de carbono, e pretende melhorar a captação e a alocação de recursos relacionados aos resultados alcançados pelo país;
 - O Fundo Amazônia opera sob essa lógica e é hoje o principal instrumento de captação de recursos para REDD+; entretanto, os demais biomas devem ser contemplados;
 - Dentre os elementos da Estratégia estão: resultados, co-benefícios, aspectos técnicos, ações, recortes territoriais, políticas e marcos legais, instrumentos existentes, novos instrumentos.
 - A Estratégia está organizada em torno dos seguintes pontos, a serem desenvolvidos por meio de agendas especializadas: arquitetura financeira, aspectos técnicos, investimentos em governança junto aos entes federados, incentivos positivos aos agentes econômicos;
 - Ressaltou-se a necessidade de interlocução com GTs de monitoramento e GT mercado brasileiro de redução de emissões para alinhar trabalhos;
 - O MMA aguarda manifestação do MCT, que está realizando consultas internas a respeito destes pontos;
 - O próximo passo será o diálogo com a sociedade, com vistas a apresentar a Estratégia Nacional durante a Rio +20, em junho de 2012.

Na ocasião, o GT Interministerial sobre REDD+ entregou um documento aos membros contendo recomendações ao GEx acerca dos próximos passos no processo de elaboração da Estratégia Nacional. Entretanto, não houve tempo hábil para apreciação.

3. Encaminhamentos

- A próxima reunião do GEx está prevista para o final de janeiro / início de fevereiro de 2012;
- Os Sumários-Executivos da Indústria, Transporte e Saúde serão entregues até 22/dez;
- O Sumário-Executivo da Pesca será entregue dia 15/dez;
- O Plano da Mineração será enviado para o MMA, coordenador do GEx, dia 15/dez e posteriormente à Casa Civil, coordenadora do CIM.